



ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de monitores LED com rotação 90º por SRP

1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Integrante Requisitante: Jorge Caldeira Grilo

Lotação: Gerência de Manutenção de Informática

Integrante Técnico: Allan Alves Camelo

Lotação: Gerência de Manutenção de Informática

Integrante Administrativo: Mônica da Silva Pires

Lotação: Núcleo Administrativo da STIC

2. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SER CONTRATADA

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso I</i>
<i>Responsável: integrante técnico</i>

Aquisição de monitores com tecnologia LED, tela mínima de 23,8" e base para rotação de 90 graus.

3. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso II</i>
<i>Responsável: integrante técnico</i>

- 3.1.** Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 3.2.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 3.3.** Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 3.4.** Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;
- 3.5.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 3.6.** Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

- 3.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.8.** Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 3.9.** Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 3.10.** Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;
- 3.11.** Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 3.12.** Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;
- 3.13.** Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;
- 3.14.** Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- 3.15.** Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- 3.16.** Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;
- 3.17.** Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;
- 3.18.** Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;
- 3.19.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 3.20.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

- 3.21.** Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 3.22.** Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- 3.23.** Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;
- 3.24.** Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;
- 3.25.** Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE;
- 3.26.** Abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência do contrato;
- 3.27.** Disponibilizar uma infraestrutura de atendimento via telefone (0800), e-mail e/ou web, para recebimento e registro dos chamados de suporte realizados, disponibilizando sempre um número de protocolo para controle de atendimento;
- 3.28.** Abster-se de utilizar na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º, do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal. É considerado familiar, nos termos do art. 2º, inc. III, do Decreto nº 7.203/2010, o cônjuge, companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

4. TERMOS CONTRATUAIS

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III</i>
--

<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

4.1. Fixação de procedimentos e Critérios de Aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e valores mínimos aceitáveis:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea "a"</i>
--

<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

- 4.1.1.** A CONTRATANTE efetuará o recebimento do objeto contratado provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto de acordo com o contrato;
- 4.1.2.** Em caso de rejeição total/parcial do objeto contratado, substituição ou demais hipóteses de descumprimento de outras obrigações contratuais, avaliadas na etapa de recebimento, sujeitarão a CONTRATADA à aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Recebimento Provisório:

- 4.1.3. A CONTRATANTE receberá provisoriamente o objeto contratado, que será decomposto em fases e pacotes de entrega mediante emissão de termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do objeto;
- 4.1.4. O recebimento provisório caberá ao fiscal técnico especialmente designado para acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente desta proposição;
- 4.1.5. O ato de recebimento provisório poderá ser suprimido quando as características do objeto permitirem identificar, de imediato, que as entregas atendem adequadamente aos requisitos previstos.

Recebimento Definitivo:

- 4.1.6. A CONTRATANTE efetuará o recebimento definitivo do objeto após realizar a verificação da qualidade, quantidade e se os itens fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos;
- 4.1.7. Ocorrendo problemas durante a execução do recebimento definitivo, eles serão informados à CONTRATADA, que deverá providenciar as correções cabíveis;
- 4.1.8. Uma vez verificada a adequação dos itens entregues, o MPRI efetuará o recebimento definitivo mediante emissão de termo circunstanciado em até 10 (dez) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- 4.1.9. O recebimento definitivo caberá ao responsável da respectiva área contemplada pelo objeto entregue, um usuário chave da Gerência/Setor (definido pelo responsável da área) e ao gestor do contrato formalmente designado;
- 4.1.10. O objeto contratado será rejeitado caso esteja em desacordo com as especificações, devendo a CONTRATANTE apontar a ocorrência por escrito, detalhando as razões para deixar de emitir o Termo de Recebimento Definitivo e indicando as falhas e pendências verificadas;
- 4.1.11. O recebimento definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA com relação ao funcionamento e especificações divergentes, durante todo o seu período de garantia;
- 4.1.12. O recebimento definitivo é condição indispensável para o pagamento da etapa a ser entregue;
- 4.1.13. A CONTRATANTE ainda poderá impugnar quaisquer serviços prestados ou itens fornecidos mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devendo a CONTRATADA proceder com os devidos ajustes no objeto.

4.2. Quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos, para comparação e controle:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea "b"</i>
--

<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

A contratação consiste na aquisição de 2.600 (dois mil e seiscentos) monitores, conforme apresentado no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Monitor com tecnologia LED (IPS ou WVA), tela mínima de 23,8" e rotação 90°, conforme características detalhadas no item 06 do Termo de Referência.	2.600

4.3. Definição de metodologia de avaliação da qualidade e da adequação da Solução de Tecnologia da Informação às especificações funcionais e tecnológicas:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea "c"</i>
--

<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

- 4.3.1. A CONTRATADA deverá considerar os procedimentos de fiscalização e critérios de aceitação dos bens fornecidos neste projeto;
- 4.3.2. A CONTRATADA deverá realizar a verificação da qualidade antes da entrega dos produtos gerados, visando a artefatos livres de defeitos;
- 4.3.3. A CONTRATANTE também realizará a sua verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos fornecidos pela CONTRATADA;
- 4.3.4. A recusa de artefatos poderá ocorrer por motivo de vícios de qualidade ou por não observância dos padrões e melhores práticas adotadas pela CONTRATANTE.

4.4. Garantia de inspeções e diligências, quando aplicáveis, e suas formas de exercício:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea "d"</i>
--

<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

- 4.4.1. Para a avaliação da qualidade dos produtos será exigido a apresentação de documentação do fabricante que comprove o atendimento das especificações técnicas dos materiais a serem fornecidos. Considera-se documentação oficial do fabricante:
 - a. Catálogo, folder, certificado ou manual elaborado pelo fabricante;
 - b. Documento extraído de consulta realizada pela Internet na página oficial do fabricante, devendo, nesse caso, ser indicado o endereço eletrônico do fabricante com menção à página de que consta a informação apresentada;

- 4.4.2. Caso a concorrente não disponha de catálogos, folders, impressos ou publicações do fabricante quanto às especificações técnicas dos materiais e componentes, deverá apresentar declaração do fabricante em que constem as especificações, preferencialmente em língua portuguesa. Se for apresentada declaração em outro idioma, esta deverá vir acompanhada de tradução para a língua portuguesa;
- 4.4.3. Caso a documentação supracitada não seja suficiente para realizar a aceitação do produto ou nos casos que restarem dúvidas sobre as especificações do material ofertado será solicitada a apresentação de amostra do item;
- 4.4.4. Quando solicitadas, as amostras serão avaliadas pelo MPRJ levando em consideração os seguintes critérios:
- 4.4.5. Os testes serão realizados por equipamento pertencente ao MPRJ, tendo a Licitante o direito de trazer equipamento próprio para uma segunda avaliação do conjunto;
- 4.4.6. Quando a LICITANTE solicitar a utilização de equipamento próprio para realização de contraprova dos testes, será necessário apresentar laudo de calibração emitido por empresa credenciada ao INMETRO, em um período não superior a 1 (um) mês, sendo válido para fins de divergência os resultados obtidos no equipamento do MPRJ;
- 4.4.7. Os demais itens serão avaliados de acordo com suas respectivas especificações;
- 4.4.8. O Ministério Público terá o prazo prorrogável de 5 (cinco) dias úteis para analisar as amostras solicitadas;
- 4.4.9. O ônus de entregar as amostras é exclusivo da licitante. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela licitante;
- 4.4.10. Não serão consideradas excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela licitante para efetuar a entrega.

4.5. Forma de pagamento, que será efetuado em função dos resultados obtidos:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea "e"</i>
<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

- 4.5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações, mediante apresentação pela CONTRATADA dos respectivos documentos fiscais acompanhados dos demais documentos relacionados no Edital no Protocolo-Geral do MPRJ, situado na Avenida Marechal Câmara 370, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ;
- 4.5.2. Alternativamente, poderá ser autorizado o envio dos documentos fiscais e demais documentos auxiliares por correio eletrônico para a Equipe de Gerenciamento do Contrato, que então fará o protocolo para fins de pagamento;

- 4.5.3. As formas de pagamento são as usuais do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do processo de fatura, em conformidade com a Lei 287/79 e Decreto nº 16.661/91, mediante crédito em conta corrente, dando-se como liquidada a obrigação após o efetivo crédito da CONTRATADA;
- 4.5.4. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40;
- 4.5.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou da nota fiscal, ou documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará na prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4.5.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação da obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;
- 4.5.7. O atesto da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) referente(s) aos serviços prestados ou bens fornecidos, bem como a emissão dos termos de aceitação, conformidade ou anuência, caberá à Equipe de Gerenciamento do Contrato ou a servidor designado para esse fim.

4.6. Cronograma de execução física e financeira:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea "f"</i>
<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

A aquisição será realizada por meio de Ata de Registro de Preços, sendo a execução financeira de 2024 realizada no valor máximo estimado de R\$ 4.067.184,73, conforme planilha abaixo, na qual foi considerado o valor médio unitário das cotações inseridas na tabela do item 5. Os valores serão executados sob demanda, devido a sua imprevisibilidade.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Monitor com tecnologia LED (IPS ou WVA), tela mínima de 23,8" e rotação 90°	2600	R\$ 1.564,30	R\$ 4.067.184,73

4.7. Definição de mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e o órgão contratante:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea "g"</i>
<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

- Para os assuntos operacionais:
 1. e-mail;
 2. atas de reunião;
 3. telefone.

- Para os assuntos administrativos:

1. e-mail;
2. ofícios;
3. atas de reunião;
4. telefone.

4.8. Garantias contratuais necessárias:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea "h"</i>
--

<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

4.8.1. A licitante vencedora do certame deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, o documento de garantia da execução do contrato derivado da presente licitação, nos termos do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, importando em 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada, opcionalmente, em uma das formas abaixo:

- caução em dinheiro ou título eficaz da dívida pública;
- seguro garantia;
- fiança bancária.

4.8.2. A apólice do seguro garantia, a comprovação da caução em dinheiro, o título eficaz e de validade incontestada da dívida pública, ou a carta de fiança bancária, será encaminhada à apreciação do Órgão Fiscalizador do MPRJ através da Diretoria de Licitações e Contratos, situado no 9º andar da Av. Marechal Câmara, nº 350, Centro, Rio de Janeiro – RJ;

4.8.3. A garantia prestada em dinheiro será depositada em favor do Fundo Especial do Ministério Público, devendo a licitante vencedora apresentar o comprovante original do depósito, conforme o procedimento estipulado no subitem anterior;

4.8.4. A garantia prestada pela licitante vencedora será liberada após a conclusão da execução do contrato, nos termos previstos no art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021;

4.8.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para pagamento de qualquer obrigação, conforme disposto no Anexo I do Edital da Licitação, caberá à licitante vencedora a integralização do seu valor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento pela licitante vencedora da comunicação expedida pelo MPRJ.

4.9. Definição clara e detalhada das sanções administrativas:

Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso III, alínea “i”, Lei 14.133/21, arts. 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162 e 163

Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico

4.9.1. Com fundamento na Lei nº 14.133 de 2021, comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **Multa moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

4.9.3. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do

contrato, que estará configurada quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias corridos contados da data estipulada para início da execução contratual;

4.9.4. A CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato no caso de retardamento da execução, que será configurado quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias corridos contados da data estipulada para início da execução contratual;

4.9.5. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, que estará configurada quando a CONTRATADA deixar de realizar, nos prazos estabelecidos, os serviços advindos desta contratação;

4.9.6. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.9.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

4.9.8. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

4.9.9. Todas as penalidades serão registradas no Sistema Nacional de Cadastro de Fornecedores – SICAF;

4.9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á após regular processo administrativo, observando-se as regras previstas na Resolução GPGJ nº 2.189/2018, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, na Lei 9.784, de 1999. A autoridade competente do MPRJ, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado do Rio de Janeiro, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro e cobrados judicialmente;

4.9.11. Assegurar-se-á à CONTRATADA o pagamento pelo que foi executado, devidamente apurado, deduzidas as multas aplicadas caso a garantia prestada seja insuficiente;

4.9.12. As penalidades serão aplicadas à CONTRATADA durante ou após a vigência do contrato, que se reputará extinto com o recebimento definitivo do objeto ou a sua rescisão.

5. ESTIMATIVA DE PREÇO DETALHADA EM PREÇOS UNITÁRIOS:

Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso IV

Responsáveis: integrantes administrativo e técnico

5.1. Preços obtidos e respectivas fontes de pesquisa:

Referencial normativo: IN ME 65/2021, art. 5º e 6º

Responsáveis: integrantes administrativo e técnico

FORNECEDOR / ÓRGÃO	MODELO	VALOR UNITÁRIO	FONTE
LENOVO	Thinkvision T24i-30	R\$ 2.222,08	Proposta comercial
GRUPO TORINO	AOC 24P1U	R\$ 960,00	Proposta comercial
MICROSENS	Samsung LF24T450FQLXZD	R\$ 1.250,00	Proposta comercial
LIDER	Thinkvision T24i-30	R\$ 2.600,00	Proposta comercial
GOLDENHARD	AOC 24P1U	R\$ 1.150,00	Proposta comercial
UNITECH	DELL P2422H	R\$ 3.559,23	Proposta comercial
Conselho Reg. de Corretores de Imóveis - 6ª Região	DELLP2422H	R\$ 1.026,66	Banco de Preços
Governo do Estado de Rondônia	AOC 24P1U	R\$ 868,85	Banco de Preços
MAGALU	DELL P2422H	R\$ 1.289,00	Internet
COLOMBO	AOC 24P1U	R\$ 1.170,00	Internet

WEB CONTINENTAL	AOC 24P1U	R\$ 1.111,50	Internet
-----------------	-----------	--------------	----------

5.2. Análise crítica dos valores obtidos, se cabível:

<i>Referencial normativo: Portaria SGMP nº 12/2018, art 3º, § 3º</i>
<i>Responsáveis: integrantes administrativo e técnico</i>

A partir dos orçamentos obtidos, realizou-se a análise crítica dos preços, baseada na verificação da média amostral, do desvio padrão e do coeficiente de variação dos elementos, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉDIA AMOSTRA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
1	Monitor com tecnologia LED (IPS), tela mínima de 23,8" e rotação 90°	R\$ 1.564,30	856,14	55%

Para que os valores que integram a amostra sejam validados, a literatura estatística sugere que o coeficiente de variação deva ser de, no máximo, 25%. Considerando que os itens apresentaram coeficiente de variação acima de 25%, realizou-se a exclusão dos preços manifestamente superiores, situados acima da média mais 1 desvio padrão (Média + DP).

FORNECEDOR / ÓRGÃO	MODELO	VALOR UNITÁRIO	FONTE
LENOVO	Thinkvision T24i-30	R\$ 2.222,08	Proposta comercial
GRUPO TORINO	AOC 24P1U	R\$ 960,00	Proposta comercial
MICROSENS	Samsung LF24T450FQLXZD	R\$ 1.250,00	Proposta comercial
LIDER	Thinkvision T24i-30	R\$ 2.600,00	Proposta comercial
GOLDENHARD	AOC 24P1U	R\$ 1.150,00	Proposta comercial
UNITECH	DELL P2422H	R\$ 3.559,23	Proposta comercial
Conselho Reg. de Corretores de Imóveis - 6ª Região	DELLP2422H	R\$ 1.026,66	Banco de Preços

Governo do Estado de Rondônia	AOC 24P1U	R\$ 868,85	Banco de Preços
MAGALU	DELL P2422H	R\$ 1.289,00	Internet
COLOMBO	AOC 24P1U	R\$ 1.170,00	Internet
WEB CONTINENTAL	AOC 24P1U	R\$ 1.111,50	Internet

Após saneamento da amostra, chegou-se ao seguinte valor médio e coeficiente de variação:

ITEM	DESCRIÇÃO	NOVA MÉDIA AMOSTRA	NOVO DESVIO PADRÃO	NOVO COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
1	Monitor com tecnologia LED (IPS ou WVA), tela mínima de 23,8" e rotação 90°	R\$ 1.227,57	396,35	32%

5.3. Cálculo utilizado para a definição dos preços estimados:

Referencial normativo: IN ME 65/2021, art. 5° e 6°
Responsáveis: integrantes administrativo e técnico

Conforme demonstrado, a análise para definição da estimativa de preços utilizou métodos estatísticos envolvendo a média aritmética, o desvio padrão e o coeficiente de variação dos valores obtidos na pesquisa de mercado.

Ao final da análise, verificou-se a existência de quatro estimativas de preços possíveis de serem adotadas, conforme valores apresentados abaixo:

MÉTODO 1 - MÉDIA ARITMÉTICA AMOSTRA COMPLETA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Monitor com tecnologia LED (IPS), tela mínima de 23,8" e rotação 90°	UN	2600	R\$ 1.564,30	R\$ 4.067.184,73
				VALOR GLOBAL	R\$ 4.067.184,73

MÉTODO 2 - MÉDIA ARITMÉTICA AMOSTRA SANEADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Monitor com tecnologia LED (IPS), tela mínima de 23,8" e rotação 90°	UN	2600	R\$ 1.227,57	R\$ 3.191.670,44
				VALOR GLOBAL	R\$ 3.191.670,44

MÉTODO 3 - MÉDIA TRÊS MENORES AMOSTRA COMPLETA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Monitor com tecnologia LED (IPS), tela mínima de 23,8" e rotação 90°	UN	2600	R\$ 1.045,55	R\$ 2.718.438,67
				VALOR GLOBAL	R\$ 2.718.438,67

MÉTODO 4 - MÉDIA TRÊS MENORES AMOSTRA SANEADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Monitor com tecnologia LED (IPS), tela mínima de 23,8" e rotação 90°	UN	2600	R\$ 1.045,55	R\$ 2.718.438,67
				VALOR GLOBAL	R\$ 2.718.438,67

5.4. Estimativa final:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso IV</i>
<i>Responsáveis: integrantes administrativo e técnico</i>

Considerando os valores estimados observados nos quatro métodos apresentados acima, a Equipe de Planejamento da Contratação concluiu que a Equipe de Planejamento da Contratação concluiu que, tendo em vista a divergência de valores decorrentes das cotações realizadas, a estimativa final deverá ser a obtida por meio da utilização do **Método 2 – média aritmética amostra saneada**, que traz um valor intermediário dentre as amostras estatísticas utilizadas, o que poderá refletir mais adequadamente a realidade do mercado.

6. ESTIMATIVA DO IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSO:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso V</i>
--

<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

As despesas decorrentes da aquisição do objeto do Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no orçamento geral do MP RJ cujos programas de trabalho e elementos de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

7. TERMO DE COMPROMISSO, SE APLICÁVEL:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso VI</i>

<i>Responsáveis: integrantes administrativo, requisitante e técnico</i>

Não se aplica à contratação pretendida.

8. CRITÉRIOS TÉCNICOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PARA A FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, inciso VII</i>
--

<i>Responsável: integrante técnico</i>
--

8.1.1. Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas às exigências contidas no Termo de Referência e no edital do Pregão;

8.1.2. As propostas deverão ser apresentadas com as quantidades, contemplando o valor unitário de cada item e o valor global, em moeda nacional, já consideradas as despesas com tributos, impostos, taxas, fretes, seguros, encargos trabalhistas e sociais e demais custos que incidam direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente, sobre os equipamentos que constituem a solução;

8.1.3. A proposta deverá possuir especificação detalhada dos itens licitados, constando marca, modelo, referência e quantidade para registro de preços.

9. ASSINATURA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

<i>Referencial normativo: Res CNMP 102/2013, art. 15, § 6º</i>
--

<i>Responsáveis: integrantes requisitante e técnico</i>

Jorge Caldeira Grilo Integrante Requisitante

Allan Alves Camelo Integrante Técnico
--

Mônica da Silva Pires Integrante Administrativo
--